



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DO PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

MESA DIRETORA 2007/2008

Presidente
Alírio Neto (PPS)

Vice-Presidente
Paulo Tadeu (PT)

1º Secretário
Aguinaldo de Jesus
Suplente
Wilson Lima (PR)

2º Secretário
Brunelli (PFL)
Suplente
Leonardo Prudente (PFL)

3º Secretário
Doutor Charles (PTB)
Suplente
Jaqueline Roriz (PSDB)

Corregedor
Rôney Nemer (PMDB)

Ouvidor
Reguffe (PDT)

LIDERANÇAS			
Partido/Blocos	Líder	1º Vice	2º Vice
Partido da Frente Liberal – PFL	Leonardo Prudente	Raad Massouh	
Partido dos Trabalhadores – PT	Chico Leite	Érika kokay	Cabo Patrício
Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB	Pedro Passos		
Partido Democrático Trabalhista – PDT	Reguffe		
Partido Republicano	Wilson Lima		
Partido Republicano Progressista	Batista das Cooperativas		
Bloco Parlamentar Independente/BPI – PPS/PMN/PSB/PSL/PP	Rogério Ulysses	Aylton Gomes	Bernaldo Pontes
Bloco Social Trabalhista/BST – PTB/PSDB	Milton Barbosa		
Governo	Paulo Roriz		

QUOCIENTES PARTIDÁRIOS DE PROPORCIONALIDADE EM 28.02.2007

Bancadas em 06/03.2007	em	Quocientes Partidários	Comissões Permanentes	Comissões Especiais
BPI	05	1.041	1.041	1.461
PT	04	0.833	0.833	1.069
PFL	04	0.833	0.833	1.069
BST	04	0.833	0.833	1.069
PMDB	03	0.625	0.625	0.877
PR	01	0.208	0.208	0.292
PRP	01	0.208	0.208	0.292
PDT	01	0.208	0.208	0.292
Sem partido	01	0.208	0.208	0.292

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Pedro Passos	Benício Tavares
Vice-Presidente	Chico Leite	Cabo Patrício
	Aylton Gomes	Bernaldo Pontes
	Brunelli	Paulo Roriz
	Milton Barbosa	Jaqueline Roriz
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Leonardo Prudente	Paulo Roriz
Vice-Presidente	Cristiano Araújo	Dr. Charles
	Bernaldo Pontes	Aylton Gomes
	Paulo Tadeu	Chico Leite
	Roney Nemer	Benício Tavares
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Milton Barbosa	Jaqueline Roriz
Vice-Presidente	Wilson Lima	Batista das Cooperativas
	Luzia de Paula	Bernaldo Pontes
	Chico Leite	Paulo Tadeu
	Raad Massouh	Brunelli
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Wilson Lima	Aguinaldo de Jesus
Vice-Presidente	Paulo Roriz	Brunelli
	Luzia de Paula	Rogério Ulysses
	Roney Nemer	Pedro Passos
	Jaqueline Roriz	Cristiano Araújo
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Érika Kokay	Paulo Tadeu
Vice-Presidente	Rogério Ulysses	Luzia de Paula
	Brunelli	Leonardo Prudente
	Dr. Charles	Milton Barbosa
	Reguffe	
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Benício Tavares	Pedro Passos
Vice-Presidente	Batista das Cooperativas	Aguinaldo de Jesus
	Bernaldo Pontes	Aylton Gomes
	Cabo Patrício	Érika Kokay
	Raad Massouh	Leonardo Prudente
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Paulo Roriz	Raad Massouh
Vice-Presidente	Cristiano Araújo	Dr. Charles
	Rogério Ulysses	Luzia de Paula
	Érika Kokay	Chico Leite
	Aguinaldo de Jesus	Batista das Cooperativas
COMISSÃO DE SEGURANÇA		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Cabo Patrício	Érika Kokay
Vice-Presidente	Aylton Gomes	Rogério Ulysses
	Dr. Charles	Milton Barbosa
	Aguinaldo de Jesus	Wilson Lima
	Reguffe	
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Batista das Cooperativas	Wilson Lima
Vice-Presidente	Pedro Passos	Roney Nemer
	Paulo Tadeu	Chico Leite
	Leonardo Prudente	Raad Massouh
	Jaqueline Roriz	Cristiano Araújo



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DO PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

INFORME ASSESSORIA DE PLENÁRIO

As atividades do Plenário estão disponíveis na página <http://www.cl.df.gov.br/intranet/> da Câmara Legislativa, no endereço [ATIVIDADES LEGISLATIVAS](#), atualizado semanalmente pela Assessoria de Plenário.

A Presidência comunica aos gabinetes e setores da Casa que o **INFORME ASSESSORIA DE PLENÁRIO**, anexado à Ordem do Dia; o período das sessões plenárias; o Diário da Câmara Legislativa ou outro meio de comunicação que melhor atender a urgência quando mediar tempo inferior a vinte quatro horas da convocação, são meios oficiais de comunicação.

Através do Ato nº 13, de 07/02/2007, da Mesa Diretora, publicado no DCL de 08/02/2007, o protocolo das proposições será feito exclusivamente junto à Assessoria de Plenário no horário normal de expediente, salvo emendas em proposições constantes de Ordem do Dia.

Bancadas 06/03/2007	em	Quocientes Partidários	Comissões Permanentes	Comissões Especiais
*BPI	05	1.041	1.041	1.461
PT	04	0.833	0.833	1.069
PFL	04	0.833	0.833	1.069
BST	04	0.833	0.833	1.069
PMDB	03	0.625	0.625	0.877
PR	01	0.208	0.208	0.292
PRP	01	0.208	0.208	0.292
PDT	01	0.208	0.208	0.292
Sem Partido	01	0.208	0.208	0.292

* Compõe neste bloco o Presidente da Casa.

BPI = Bloco Parlamentar Independente – PPS/PMN/PSB/PSL/PP
BST = Bloco Social Trabalhista – PTB/PSDB

Composição da Comissão Especial para a apreciação das Propostas de Emendas à Lei Orgânica, em tramitação, conforme Ato nº 317, de 15.02.2007, publicado no DCL de 16.02.2007.

Data	Partido/bloco	Membro – Deputado (a)
28.02	BPI	Aylton Gomes
06.03	BPI	Rogério Ulysses
06.03	PT	Cabo Patrício
06.03	PFL	Brunelli
06.03	BST	Milton Barbosa
06.03	PMDB	Pedro Passos
06.03	PR	Wilson Lima

A Assessoria informa a criação da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso composta pelos Deputados Benício Tavares; Brunelli, Batista das Cooperativas, Pedro Passos e Paulo Tadeu; e Frente Parlamentar do Cooperativismo do Distrito Federal, composta pelos Deputados Batista das Cooperativas, Luzia de Paula, Bernaldo Pontes e Jaqueline Roriz

PROPOSIÇÕES PENDENTES DE DELIBERAÇÃO VETO DO PODER EXECUTIVO

	Projeto	Data	Situação – Autoria
1	PLC133/05	02/03/07	Veto Parcial - P. Executivo

PROPOSIÇÕES DO PODER EXECUTIVO EM REGIME DE URGÊNCIA QUE SOBRESTAM A PAUTA DE VOTAÇÃO, HAJA VISTA EXPIRADO O PRAZO DE APRECIÇÃO REGIMENTAL.

Situação: T = Turno TU = único RF = Redação Final

Item	T	Executivo	Proposição	Assunto
------	---	-----------	------------	---------

2	1º	Executivo	PLC 0.89/04	Plano Diretor Parque Cidade
3	1º	Executivo	PLC 148/06	C. Tributário – altera
4	1º	Executivo	PLC 150/06	Acrescenta artigo ao Código Tributário
5	1º	Executivo	PLC 151/06	Acrescenta artigos ao Código Tributário
6	1º	Executivo	PLC 152/06	Altera a L. Complementar nº 152/97
7	1º	Executivo	PLC 153/06	Altera a Lei Complementar nº 152/97
8	1º	Executivo	PLC 156/06	Parcelamento de crédito
9	1º	Executivo	PL 2.289/06	LDO – art. 49 emendas parlamentares
10	1º	Executivo	PL 2.350/06	Subsidiária da CEB
11	1º	Executivo	PL 2.387/06	IPVA – débito em sucata
12	1º	Executivo	PL 2.417/06	Não incidência do ICMS em leasing
13	1º	Executivo	PL 2.470/06	Altera o § 3º art.65 da lei do ICMS
14	1º	Executivo	PL 2.503/06	Parâmetros de uso e ocupação de lote
15	1º	Executivo	PL 2.544/06	Alteração de uso de lote
16	1º	Executivo	PL 2.561/06	Altera a Lei 3.824/06
17	1º	Executivo	PL 2.579/06	Remissão de crédito de R\$10,00 -
18	1º	Executivo	PL 2.587/06	Altera a Lei 904/06-LDO
19	1º	Executivo	Proc. 71/06	Homologa convênio
20	1º	Executivo	Proc. 72/06	Homologa convênio
21	1º	Executivo	Proc. 75/06	Homologa convênio
22	1º	Executivo	PL 2.589/06	Inclusão de crédito em cadastros de proteção ao crédito
	1º	Executivo	PL 2.598/06	Inclui artigos na Lei 41/89. Sobresta em 08.03.2007
	1º	Executivo	PL 2.611/06	Altera Lei 3441/04-LDO. Sobresta em 15.03.2007

PROPOSIÇÕES DO PODER EXECUTIVO EM REGIME DE – 2007.

Situação: T = Turno TU = único RF = Redação Final

01		Executivo	PL 0.087/07	Transforma em VPNI parcelas recebidas e cria licença para capacitação em substituição à licença-prêmio. Sobresta em 29.03.07.
02		Executivo	PELO 41/06	Revoga inciso V do art. 167. Sobresta em 09/04/07.
03		Executivo	PL 0.189/07	Cria a BRASÍLIATUR. Sobresta em 23/04/07
04		Executivo	PLC 0.006/07	Parâmetros e usos de área na Qd 04-SAF/S – TCU. Sobresta em 23/04/07



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DO PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

A Assessoria de Plenário e Distribuição alerta à Comissão de Constituição e Justiça quanto aos relatórios, assim como aos gabinetes parlamentares, que existem quarenta e dois vetos com prazo de apreciação encerrando nas datas constantes do quadro:

	Projeto	Data	Situação – Autoria
01	PL1050/00	08/03/07	Veto Total - Gim Argello
02	PL98/03	08/03/07	Veto Total – Izalci Lucas
03	PL439/03	08/03/07	Veto Total – Fábio Barcellos
04	PL739/2003	08/03/07	Veto Total - E. Kokay/A. Sampaio
05	PL962/03	08/03/07	Veto Total – Paulo Tadeu
06	PL1059/04	08/03/07	Veto Total - Peniel Pacheco
07	PL1241/04	08/03/07	Veto Total - José Edmar
08	PL1343/04	08/03/07	Veto Total - Odilon Aires
09	PL1428/04	08/03/07	Veto Total – Fábio Barcellos
10	PL1487/04	08/03/07	Veto Total – Eliana Pedrosa
11	PL1494/04	08/03/07	Veto Total - Odilon Aires
12	PL1734/05	08/03/07	Veto Total - Odilon Aires
13	PL1771/05	08/03/07	Veto Total – Chico Vigilante
14	PL1777/05	08/03/07	Veto Total - A.Carvalho, J.Edmar, Wi Lima, C.Floresta e P. Pacheco
15	PL1811/05	08/03/07	Veto Total – E. Pedrosa/W. Lima
16	PL1958/05	08/03/07	Veto Total - José Edmar
17	PL2160/06	08/03/07	Veto Parcial - J. - Edmar e W. Lima
18	PL2291/06	08/03/07	Veto Total - A. de Jesus
19	PL2329/06	08/03/07	Veto Total - Veto Parcial - Maria da Guia
20	PL2361/06	08/03/07	Veto Total - Eurides Brito
21	PL2375/06	08/03/07	Veto Total - Arlete Sampaio
22	PL2392/06	08/03/07	Veto Total - Peniel Pacheco
23	PL2408/06	08/03/07	Veto Total - Erika Kokay
24	PL2451/06	08/03/07	Veto Total – Eliana Pedrosa
25	PL2472/06	08/03/07	Veto Total - Veto Parcial - Ivelise Longhi
26	PL2484/06	08/03/07	Veto Total - Ivelise Longhi

27	PL2553/06	08/03/07	Veto Total - Ivelise Longhi
28	PL2606/06	08/03/07	Veto Total – Izalci Lucas
29	PL2614/06	08/03/07	Veto Total - Vários Deputados
30	PL2615/06	08/03/07	Veto Total - C. Floresta
31	PL576/03	09/03/07	Veto Total - Brunelli
32	PL597/03	09/03/07	Veto Total – Izalci Lucas
33	PL1555/04	09/03/07	Veto Total – A. Carvalho/J. Edmar/E. Pedrosa
34	PL1652/04	09/03/07	Veto Total - C. Floresta
35	PL1701/05	09/03/07	Veto Total - Chico Vigilante
36	PL1852/05	09/03/07	Veto Total - Chico Vigilante
	PL2165/05	09/03/07	Veto Total - Arlete Sampaio
38	PL2416/06	09/03/07	Veto Total - Poder Executivo
39	PL2448/06	09/03/07	Veto Parcial - Pedro Passos
40	PL50/203	24/03/07	Veto Parcial - Izalci Lucas
41	PL1794/05	24/03/07	Veto Total - Pedro Passos
42	PL1596/04	24/03/07	Veto Total - C. Floresta

REGIMENTO INTERNO

Art. 110. Abertos os trabalhos, os dez minutos iniciais serão destinados à leitura pelo Primeiro-Secretário:

I – da ata da sessão anterior, que o Presidente considerará aprovada, independentemente de votação;

II – dos expedientes enviados à Mesa pelos Deputados Distritais;

III – das correspondências, petições ou outros documentos recebidos pelo Presidente ou pela Mesa Diretora, de interesse do Plenário.

§ 1º A leitura da ata poderá ser dispensada pelo Presidente a requerimento oral de qualquer Deputado.

§ 2º O Deputado Distrital que pretender retificar a ata enviará à Mesa, até a sessão seguinte, declaração escrita, que será inserida em ata.

§ 3º O Presidente dará as necessárias explicações pelas quais tenha considerado a retificação procedente ou improcedente, cabendo recurso ao Plenário.

Subseção II *Do Pequeno Expediente*

Art. 111. Após a leitura de expedientes pela Mesa, terá início o Pequeno Expediente, com duração máxima de cinquenta minutos, dividido em duas partes, assim destinadas:

I – comunicados de Líderes, com duração de três minutos para Líderes de partidos com composição de até três Deputados e cinco minutos para Líderes de partidos cuja bancada seja superior a três;

II – comunicados de parlamentares, com duração de até quarenta minutos.

§ 1º O tempo destinado ao comunicado de líderes que exceder a vinte minutos será deduzido do Grande Expediente.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DO PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

§ 2º Os Líderes poderão se pronunciar também como parlamentares, no tempo destinado aos comunicados de parlamentares.

Art. 112. No Pequeno Expediente, serão feitos, preliminarmente, os comunicados de líderes, destinados a pronunciamiento dos Líderes inscritos.

Art. 113. Após os comunicados de Líderes, seguirão os comunicados de parlamentares, podendo cada inscrito falar por cinco minutos, *não sendo permitidos apartes*.

§ 1º Sempre que um Deputado Distrital tiver comunicação a fazer à Mesa ou ao Plenário, deverá fazê-la oralmente ou redigi-la para publicação no *Diário da Câmara Legislativa*, conforme o disposto no art. 106.

§ 2º A inscrição do orador será feita em local designado pela Mesa Diretora, em livro próprio ou por meio eletrônico, resguardada a ordem de inscrição, pelo Deputado Distrital ou servidor por ele credenciado, diariamente, entre as doze e as dezoito horas do dia anterior à realização da sessão em que pretende falar, assegurada a preferência aos que não tenham falado no Pequeno Expediente das três últimas sessões.

§ 3º As inscrições que não puderem ser atendidas em virtude do levantamento ou não-realização da sessão transferir-se-ão para a sessão ordinária seguinte.

§ 4º Líderes e Deputados Distritais perderão o direito ao uso da palavra se, quando chamados, não se encontrarem no Plenário.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DO PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

Ordem do Dia para a Sessão Ordinária de 08 de março de 2007 às 15 horas (QUINTA- FEIRA)

ITEM 1: Apreciação do **VETO PARCIAL** ao *caput* do art. 101 e ao seu § 3º do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 133, DE 2005**, (Mens. nº 406/06 – GAG) de autoria do PODER EXECUTIVO, que “Dispõe sobre o Plano Diretor Local da Região Administrativa do Guará - RA X, que estabelece diretrizes e estratégias para seu desenvolvimento sustentável e integrado”.

Relator: Deputado Pedro Passos - CCJ

Proferido relatório sobre o Veto. Apreciação em votação ostensiva, art. 56 da Lei Orgânica, e pelo processo nominal, conforme art. 193 do Regimento Interno. **LOCALIZAÇÃO:** CCJ – **INFORMAÇÃO:** SISTEMA LEGIS, em 05/03/07.

ITEM 2: Discussão e Votação, em 1º turno, em **REGIME DE URGÊNCIA**, do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 89, DE 2004**, (MSG nº 214/04– GAG), de autoria do PODER EXECUTIVO, que “aprova o Plano Diretor do Parque da Cidade, e dá outras providências”.

Relatores: Deputado (a) - CAF
Deputado (a) - CDESCMAT
Deputado (a) - CCJ

Não há pareceres das comissões. Apresentadas 04 emendas de Plenário. CDESCMAT, CAF e CCJ deverão manifestar-se sobre a proposição e a emenda na forma do art. 165 do Regimento Interno. A votação da matéria nos turnos respectivos será pelo processo de votação nominal e o *quorum* de aprovação é o da maioria absoluta. **LOCALIZAÇÃO:** ASSP - **INFORMAÇÃO:** SISTEMA LEGIS, em 08/03/07.

ITEM 3: Discussão e Votação, em 1º turno, em **REGIME DE URGÊNCIA**, do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 148, DE 2006**, (MSG nº 166/06– GAG), de autoria do PODER EXECUTIVO, que “introduz alterações no Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, que ‘regulamenta o Sistema Tributário do Distrito Federal’ e dá outras providências”.

Relatores: Deputado (a) Leonardo Prudente (PFL) CEOF
Deputado (a) CCJ

Não há pareceres das comissões. CEOF e CCJ deverão manifestar-se sobre a proposição na forma do art. 165 do Regimento Interno. A votação da matéria nos turnos respectivos será pelo processo nominal e o *quorum* de aprovação é o da maioria absoluta. **LOCALIZAÇÃO:** ASSP – **INFORMAÇÃO:** SISTEMA LEGIS, em 08/03/07.

ITEM 4: Discussão e Votação, em 1º turno, em **REGIME DE URGÊNCIA**, do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 2006**, (MSG nº 206/06– GAG), de autoria do PODER EXECUTIVO, que “altera a Lei Complementar nº 04, de 30 de dezembro de 1994 - Código Tributário do Distrito Federal”.

Relatores: Deputado (a) Leonardo Prudente (PFL) CEOF
Deputado (a) Brunelli (PFL) CCJ

Aprovado parecer favorável da CCJ. A CEOF deverá manifestar-se sobre a proposição na forma do art. 165 do Regimento Interno. Votação pelo processo nominal. A votação da matéria nos turnos respectivos será pelo processo nominal e o *quorum* de aprovação é o de maioria absoluta. **LOCALIZAÇÃO:** ASSP – **INFORMAÇÃO:** SISTEMA LEGIS, em 08/03/07.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DO PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

ITEM 5: Discussão e Votação, em 1º turno, em **REGIME DE URGÊNCIA**, do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 151, DE 2006**, (MSG nº 207/06– GAG), de autoria do PODER EXECUTIVO, que “altera a Lei Complementar nº 04, de 30 de dezembro de 1994 - Código Tributário do Distrito Federal”.

Relatores: Deputado (a) Leonardo Prudente (PFL) CEOF
Deputado (a) Brunelli (PFL) CCJ

Não há pareceres das comissões. CEOF e CCJ deverão manifestar-se sobre a proposição na forma do art. 165 do Regimento Interno. A votação da matéria nos turnos respectivos será pelo processo nominal e o *quorum* de aprovação o de maioria absoluta. **LOCALIZAÇÃO:** ASSP – **INFORMAÇÃO:** SISTEMA LEGIS, em 08/03/07.

ITEM 6: Discussão e Votação, em 1º turno, em **REGIME DE URGÊNCIA**, do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 152, DE 2006**, (MSG nº 215/06– GAG), de autoria do PODER EXECUTIVO, que “altera o inciso IV do art. 1º da Lei Complementar nº 52, de 23 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a compensação de créditos líquidos e certos devidos pelo Distrito Federal, suas autarquias e fundações com créditos tributários de competência do Distrito Federal e dá outras providências”

Relatores: Deputado (a) CEOF
Deputado (a) CCJ

Aprovado parecer favorável da CCJ. A CEOF deverá manifestar-se sobre a proposição na forma do art. 165 do Regimento Interno. A votação da matéria nos turnos respectivos será pelo processo nominal e o *quorum* de aprovação o de maioria absoluta. **LOCALIZAÇÃO:** CEOF, desde 07/06/06 - **INFORMAÇÃO:** SISTEMA LEGIS, em 08/03/07.

ITEM 7: Discussão e Votação, em 1º turno, em **REGIME DE URGÊNCIA**, do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 153, DE 2006**, (MSG nº 216/06– GAG), de autoria do PODER EXECUTIVO, que “acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 52, de 23 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a compensação de créditos líquidos e certos devidos pelo Distrito Federal, suas Autarquias e Fundações com créditos tributários de competência do Distrito Federal e dá outras providências”.

Relatores: Deputado (a) Leonardo Prudente (PFL) CEOF
Deputado (a) CCJ

Aprovado parecer favorável da CCJ. A CEOF deverá manifestar-se sobre a proposição na forma do art. 165 do Regimento Interno. A votação da matéria nos turnos respectivos será pelo processo nominal e o *quorum* de aprovação o de maioria absoluta. **LOCALIZAÇÃO:** ASSP - **INFORMAÇÃO:** SISTEMA LEGIS, em 08/03/07.

ITEM 8: Discussão e Votação, em 1º turno, em **REGIME DE URGÊNCIA**, do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 156, DE 2006**, (MSG nº 275/06– GAG), de autoria do PODER EXECUTIVO, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 432, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o parcelamento dos créditos de natureza tributária e não tributária de titularidade do Distrito Federal”.

Relatores: Deputado (a) Leonardo Prudente (PFL) - CEOF
Deputado (a) - CCJ

Aprovado parecer favorável da CCJ. A CEOF deverá manifestar-se sobre a proposição na forma do art. 165 do Regimento Interno. Votação pelo processo nominal e *quorum* de aprovação de maioria qualificada através da manifestação de 2/3 dos membros da Casa. **LOCALIZAÇÃO:** ASSP. **INFORMAÇÃO:** SISTEMA LEGIS, em 08/03/07.

ITEM 9: Discussão e Votação, em 1º turno, em **REGIME DE URGÊNCIA**, do **PROJETO DE LEI Nº 2.289, DE 2006**, (MSG nº 70/06– GAG), de autoria do PODER EXECUTIVO, que “revoga os §§ 3º e 4º do art. 49 da Lei nº 3.653, de 10 de agosto de 2005”.

Relatores: Deputado (a) CEOF

Não há parecer da comissão. A CEOF deverá manifestar-se sobre a proposição na forma do art. 165 do Regimento Interno. Em razão de tratar-se de matéria elencada nas disposições do art. 216, inciso III, do Regimento Interno, tramitará apenas na CEOF. Apreciação pelo processo simbólico. **LOCALIZAÇÃO:** ASSP – **INFORMAÇÃO:** SISTEMA LEGIS, em 08/03/07.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DO PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

ITEM 10: Discussão e Votação, em 1º turno, em **REGIME DE URGÊNCIA**, do [PROJETO DE LEI Nº 2.350, DE 2006](#), (MSG nº 171/06– GAG), de autoria do PODER EXECUTIVO, que “altera dispositivos da Lei nº 1.788, de 27 de novembro de 1997, que autoriza a criação da Subsidiária CEB Participações S.A. e dá outras providências”.

Relatores: Deputado (a) CEOF
Deputado (a) Eurides Brito (PMDB) CCJ

Aprovado parecer favorável da CCJ. A CEOF deverá manifestar-se sobre a proposição na forma do art. 165 do Regimento Interno. Votação pelo processo simbólico e *quorum* de aprovação de maioria simples. **LOCALIZAÇÃO:** ASSPLEN - INFORMAÇÃO: SISTEMA LEGIS, em 08/03/07.

ITEM 11: Discussão e Votação, em 1º turno, em **REGIME DE URGÊNCIA**, do [PROJETO DE LEI Nº 2.387, DE 2006](#), (MSG nº 208/06– GAG), de autoria do PODER EXECUTIVO, que “introduz alterações no art. 7º da Lei nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, que institui no Distrito Federal o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA”.

Relatores: Deputado (a) CEOF
Deputado (a) Brunelli (PFL) CCJ

Não há pareceres das comissões. CEOF e CCJ deverão manifestar-se sobre a proposição na forma do art. 165 do Regimento Interno. Votação pelo processo simbólico e *quorum* de aprovação de maioria simples. **LOCALIZAÇÃO:** ASSP – INFORMAÇÃO: SISTEMA LEGIS, em 08/03/07.

ITEM 12: Discussão e Votação, em 1º turno, em **REGIME DE URGÊNCIA**, do [PROJETO DE LEI Nº 2.417, DE 2006](#), (MSG nº 223/06– GAG), de autoria do PODER EXECUTIVO, que “altera o inciso VIII do art. 3º da Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que ‘dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS”

Relatores: Deputado (a) CEOF
Deputado (a) Brunelli (PFL) CCJ

Não há pareceres das comissões. CEOF e CCJ deverão manifestar-se sobre a proposição na forma do art. 165 do Regimento Interno. Votação pelo processo nominal e *quorum* de aprovação de maioria qualificada através da manifestação de 2/3 dos membros da Casa. **LOCALIZAÇÃO:** ASSP - INFORMAÇÃO: SISTEMA LEGIS, em 08/03/07.

ITEM 13: Discussão e Votação, em 1º turno, em **REGIME DE URGÊNCIA**, do [PROJETO DE LEI Nº 2.470, DE 2006](#), (MSG nº 304/06– GAG), de autoria do PODER EXECUTIVO, que “introduz alteração na Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que ‘dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)’, e dá outras providências”.

Relatores: Deputado (a) - CEOF
Deputado (a) - CCJ

Não há pareceres das comissões. CEOF e CCJ deverão manifestar-se sobre a proposição na forma do art. 165 do Regimento Interno. Votação pelo processo nominal e *quorum* de maioria qualificada através da manifestação de 2/3 dos membros da Casa. **LOCALIZAÇÃO:** ASSP– INFORMAÇÃO: SISTEMA LEGIS, em 08/03/07.

ITEM 14: Discussão e Votação, em 1º turno, em **REGIME DE URGÊNCIA**, do [PROJETO DE LEI Nº 2.503, DE 2006](#), (MSG nº 317 /06– GAG), de autoria do PODER EXECUTIVO, que “dispõe sobre os parâmetros de uso e ocupação da área especial b - lote 1 do Setor de Residências Econômicas Sul – SERS, na Região Administrativa do Cruzeiro – RA XI e dá outras providências”.

Relatores: Deputado (a) - CAF
Deputado (a) - CCJ

Não há pareceres das comissões. CAF, CEOF e CCJ deverão manifestar-se sobre a proposição na forma do art. 165 do Regimento Interno. Votação pelo processo simbólico e *quorum* de aprovação de maioria simples. **LOCALIZAÇÃO:** CAF, desde 06/10/06 – INFORMAÇÃO: SISTEMA LEGIS, em 08/03/07.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DO PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

ITEM 15: Discussão e Votação, em 1º turno, em **REGIME DE URGÊNCIA**, do **PROJETO DE LEI Nº 2.544, DE 2006**, (MSG nº 346/06–GAG), de autoria do PODER EXECUTIVO, que “dispõe sobre a alteração da destinação do lote 15, da Avenida Contorno, da Região Administrativa do Núcleo Bandeirante - DF/RA VIII”.

Relatores: Deputado (a) Benício Tavares (PMDB) - CAF
Deputado (a) - CCJ

Não há pareceres das comissões. CAF e CCJ deverão manifestar-se sobre a proposição na forma do art. 165 do Regimento Interno. Votação pelo processo simbólico e *quorum* de aprovação de maioria simples. **LOCALIZAÇÃO:** ASSP – **INFORMAÇÃO:** SISTEMA LEGIS, em 08/03/07.

ITEM 16: Discussão e Votação, em 1º turno, em **REGIME DE URGÊNCIA**, do **PROJETO DE LEI Nº 2.561, DE 2006**, (MSG nº 359/06–GAG), de autoria do PODER EXECUTIVO, que “altera os dispositivos que especifica da Lei nº 3.824, de 21 de fevereiro de 2006, e dá outras providências”.

Relatores: Deputado (a) - CAS
Deputado (a) Leonardo Prudente (PFL) - CEOF
Deputado (a) Brunelli (PFL) - CCJ

Não há pareceres das comissões. CAS, CEOF e CCJ deverão manifestar-se sobre a proposição na forma do art. 165 do Regimento Interno. Votação pelo processo simbólico e *quorum* de aprovação de maioria simples. **LOCALIZAÇÃO:** ASSP – **INFORMAÇÃO:** SISTEMA LEGIS, em 08/03/07.

ITEM 17: Discussão e Votação, em 1º turno, em **REGIME DE URGÊNCIA**, do **PROJETO DE LEI Nº 2.579, DE 2006**, (MSG nº 376/06–GAG), de autoria do PODER EXECUTIVO, que “concede remissão de crédito tributário relativo ao ICMS ou ISS com valor igual ou inferior a R\$ 10, 00”.

Relatores Deputado (a) - CEOF
Deputado (a) - CCJ

Não há pareceres das comissões. CEOF e CCJ deverão manifestar-se sobre a proposição na forma do art. 165 do Regimento Interno. Votação pelo processo nominal e *quorum* de aprovação de maioria qualificada através da manifestação de 2/3 dos membros da Casa. **LOCALIZAÇÃO:** ASSP - **INFORMAÇÃO:** SISTEMA LEGIS, em 08/03/07.

ITEM 18: Discussão e Votação, em 1º turno, em **REGIME DE URGÊNCIA**, do **PROJETO DE LEI Nº 2.587, DE 2006**, (MSG nº 383/06–GAG), de autoria do PODER EXECUTIVO, que “inserir o parágrafo 3º no art. 12 e os arts. 75 e 76, e alterar o inciso II do parágrafo 1º do art. 7º, o parágrafo 1º do art.12 e o art. 74 da Lei nº 3.904, de 10 de setembro de 2006, que trata das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007; e alterar o parágrafo 3º do art. 12 da Lei nº 3.653, de 10 de agosto de 2005, que trata das Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2006, e dá outras providências”.

Relator Deputado - CEOF

Não há parecer da comissão. A CEOF deverá manifestar-se sobre a proposição na forma do art. 165 do Regimento Interno, em razão de tratar-se de matéria elencada nas disposições do art. 216, inciso III, do Regimento Interno. A matéria tramitará apenas na CEOF. Apreciação pelo processo simbólico. **LOCALIZAÇÃO:** ASSPLEN – **INFORMAÇÃO:** SISTEMA LEGIS, em 08/03/07.

ITEM 19: Discussão e Votação, em 1º turno, em **REGIME DE URGÊNCIA**, do **PROCESSO Nº 71, DE 2006**, (MSG nº 374/06–GAG), de autoria do PODER EXECUTIVO, que “encaminha o Convênio ICMS 88, de 6 de outubro de 2006”.

Relatores: Deputado (a) - CEOF
Deputado (a) - CCJ

Não há pareceres das Comissões. A CEOF deverá manifestar-se sobre a proposição na forma do art. 165 do Regimento Interno concluindo no seu parecer pela apresentação de Projeto de Decreto Legislativo de homologação ou não do Convênio. Após, à CCJ para na sua competência oferecer parecer. Votação pelo processo nominal e *quorum* de aprovação de maioria qualificada = 2/3. **LOCALIZAÇÃO:** ASSPLEN – **INFORMAÇÃO:** SISTEMA LEGIS, em 08/03/07.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DO PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

ITEM 27: Discussão e Votação, em turno único, da **MOÇÃO nº 5/07**, que “parabeniza o senhor coronel José Anísio Barbosa júnior pela assunção do cargo de Comandante-Geral do Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal., de autoria do **Deputado Aylton Gomes (PMN)**

ITEM 28: Discussão e Votação, em turno único, da **MOÇÃO nº 6/07**, que “parabeniza o senhor tenente-coronel Luiz Carlos Ribeiro pela assunção do cargo de Subsecretário de Defesa Civil do Distrito Federal., de autoria do **Deputado Aylton Gomes (PMN)**

ITEM 29: Discussão e Votação, em turno único, da **MOÇÃO nº 7/07**, que “parabeniza o senhor delegado Cléber Moteiro Fernandes pela assunção do cargo de Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal”, de autoria do **Deputado Aylton Gomes (PMN)**

ITEM 30: Discussão e Votação, em turno único, da **MOÇÃO nº 8/07**, que “manifesta repúdio ao prefeito da cidade de São Paulo, Gilberto Kassab pelo tratamento dado ao senhor Kaiser Paiva Celestino da Silva”, de autoria do **Deputado Batista das Cooperativas (PRP)**

ITEM 31: Discussão e Votação, em turno único, do **REQUERIMENTO Nº 58/07**, que requer a transformação, em Comissão Geral, da sessão plenária da Câmara Legislativa do Distrito Federal de 15 de março de 2007, com o objetivo de discutir a questão da maioria penal”, de autoria da Deputada Érika Kokay e outros.

ITEM 32: Discussão e Votação, em turno único, do **REQUERIMENTO Nº 92/07**, que requer a transformação, em Comissão Geral, da sessão plenária da Câmara Legislativa do Distrito Federal de 8 de março de 2007, para debater o Projeto de Lei nº 87, de 2007, de autoria do Poder Executivo”, de autoria de Vários Deputados.

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 47, DE 2006
(Autoria: Vários Deputados)

Veda o escrutínio secreto nas deliberações da Câmara Legislativa que especifica.

A Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 70, § 2º, da Lei Orgânica, promulga a seguinte emenda ao texto da referida Lei:

Art. 1º O art. 56 da Lei Orgânica do Distrito Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56. Salvo disposição em contrário da Constituição Federal e desta Lei Orgânica, as deliberações da Câmara Legislativa e de suas comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros, em votação ostensiva.

Parágrafo único. Quando o sigilo for imprescindível ao interesse público, devidamente justificado, a votação poderá ser realizada por escrutínio secreto, desde que requerida por partido político com representação na Câmara Legislativa e aprovada, em votação ostensiva, pela maioria absoluta dos Deputados Distritais.”

Art. 2º Os incisos XVIII e XXVII do art. 60 da Lei Orgânica do Distrito Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 60.....

XVIII – aprovar previamente, em votação ostensiva, após arguição em seção pública, a escolha dos titulares do cargo de conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal indicados pelo Governador;

XXVII – aprovar previamente, em votação ostensiva, após arguição pública, a escolha dos membros do conselho de Governo indicados pelo Governador;”

Art. 3º O § 3º do art. 61 da Lei Orgânica do Distrito Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61.....

§ 3º No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Câmara Legislativa, para que, pelo voto da maioria de seus membros, em votação ostensiva, resolva sobre a prisão, aplicando-se o disposto no art. 53 da Constituição Federal, no que couber.”

Art. 4º O § 2º do art. 63 da Lei Orgânica do Distrito Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 63.....

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida por maioria absoluta dos membros da Câmara Legislativa, em votação ostensiva, mediante provocação da Mesa Diretora ou de partido político representado na Casa, assegurada ampla defesa.”

Art. 5º O § 5º do art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 74.....

§ 5º Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no art. 66, § 4º, da Constituição Federal, o veto será incluído na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até a sua votação final, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados, em votação ostensiva.”

Art. 6º No prazo de 60 (sessenta) dias da publicação desta Emenda à Lei Orgânica, a Câmara Legislativa promoverá a adequação do seu Regimento Interno.

Art. 7º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.